

1 ATA 11/09-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

2Tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre situado na Avenida João
3Pessoa, 325, as 18:30 horas, manifesta-se a Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA,
4dizendo que, no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080/90, de setembro de 1990,
58142/90, de dezembro de 1990, pela Lei Complementar 277/92, de maio de 1992 e pelo nosso Regimento
6Interno, aprovado em junho de 2008, declaro aberta a sessão plenária de 21 de maio de 2009, tendo a
7seguinte proposta de pauta: 1)Abertura, 2)Apreciação e votação da Ata 09/09, 3)Faltas Justificadas,
84)Leitura e Apreciação dos Pareceres 025/09 e 026/09, 5)Retornos do Gestor, 6)Informes e 7)Pauta
9Principal: Avaliação da Política de Planejamento Familiar e Direitos Reprodutivos. Estavam presentes os
10seguintes conselheiros Titulares: 1)NEI CARVALHO, 2)REJANE HAIDRICH, 3)JOÃO
11FELIZBERTO VARGAS MELLO, 4)JOÃO BATISTA FERREIRA, 5)MARIA LETICIA DE
12OLIVEIRA GARCIA, 6)IONE TEREZINHA NICHELE, 7)PAULO GOULART DOS SANTOS,
138)ELIANE DE MIRANDA PAIM, 9)ZILDA DE MORAES MARTINS, 10)MARIA
14ENCARNACION MORALES ORTEGA, 11)OLIR CITOLIN, 12)ELEN BORBA, 13)JONAS
15UBIRATAN FIAD MENDONÇA, 14)HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR, 15)JOSÉ
16CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 16)CARLOS PINHEIRO, 17)GILMAR CAMPOS, 18)LAUDENIR
17MACHADO DE FIGUEIREDO, 19)IARA MARIA DOS SANTOS LOPES, 20)SANDRA LUCIA
18DOS SANTOS MEDEIROS, 21)DAIANE LEITE PASTORIZA, 22)CLAUDIA DE CARVALHO
19GUIDI, 23)SANDRA MELLO PERIN, 24)MASURQUETE DE AZEVEDO COIMBRA, 25)VERA
20TEREZINHA RAMOS LEONARDI, 26)ADRIANA ROJAS, 27)ISIS AZEVEDO DA SILVEIRA,
2128)MARIA REJANE SEIBEL, 29)JAIRO FRANCISCO TESSARI, 30)ROGER DOS SANTOS
22ROSA, 31)BIZABEL MULLER DA ROCHA, 32)MARCIA NUNES. Os suplentes presentes eram:
231)MIRIAM FRANÇA, 2)OSCAR PANIZ, 3)ROSALIA HOFMANN, 4)SANDRA
24REGINACORADINI, 5)CLAUDIA FELDMANN GONÇALVES. Justificaram suas ausências,
25Alcides Pozzobon, Tânia Ledi da Luz Ruschinsque, Paula Guntzel, José Antonio dos Santos, Maria Ivone
26Dill, Abdon Medeiros, Rogério da Silva Ramos, Marta Marcantonio, Luiz Mattia. A coordenadora
27MARIA LETICIA encaminha a apreciação da ata 09/09, solicitando aos conselheiros presentes se há
28alguma alteração a ser providenciada. Nada havendo, é encaminhada a votação, sendo a Ata 09/09
29aprovada por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 abstenções. Iniciam-se a apresentação e
30apreciação dos Pareceres pela conselheira ELEN BORBA. Inicia com o **PARECER 25/09 – Irmandade**
31**Santa Casa de Misericórdia. Plano de Aplicação do 17º Etapa do Programa A Nota Solidária, valor**
32**de R\$ 7.601,26. Recursos do Governo do Estado do RS.** Encaminhado para votação o mesmo é
33aprovado por 26 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções.. Dando continuidade, é apresentado
34o **PARECER 26/09 – HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS – PROJETO**
35**HOSPITAL DEZ ANOS – PLANEJANDO O FUTURO.** A proposta é apresentada pelo Senhor
36MARCELO BOSIO, representando o Hospital, dizendo que esta proposta prevê um investimento de 20
37milhões de reais e sabendo da dificuldade de conseguir este valor de uma vez foram criados diversos
38Projetos para facilitar a busca de financiamento. Foram divididas, estas buscas de financiamentos em
39Projetos de Emendas Parlamentares, Projetos com Recursos do QUALISUS e Projetos Organizacionais do
40Hospital Presidente Vargas. Após sua apresentação são feitos questionamentos, que se iniciam com o
41conselheiro JAIRO TESSARI, expressando a sua preocupação em relação as Emendas Parlamentares,
42pois todos sabemos que elas estão sujeitas a toda sorte de negociações e muitas vezes se tem um valor
43como meta e o mesmo, posteriormente, se reduz bastante. O Conselheiro OSCAR PANIZ lembra que
44esta proposta que está sendo apresentada pelo Hospital Presidente Vargas, originou-se da vinda, neste
45ano, do Deputado Federal HENRIQUE FONTANA o qual sugeriu que a Secretaria da Saúde do
46Município, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, encaminhasse uma proposta unificada de
47projetos, reivindicando verbas e as encaminhasse para a Bancada Federal Gaúcha, de forma coletiva e não
48para deputados específicos. O que está se fazendo aqui é o início da concretização da proposta.
49Posteriormente iremos ver outros projetos, solicitando verbas e os encaminharemos em bloco aos
50deputados da Bancada Federal Gaúcha. Fala a seguir o conselheiro NEI CARVALHO, dizendo que,

51 talvez por estar fora do Conselho, gostaria de que se trata esta Resolução sobre Projetos do Hospital
52 Presidente Vargas. Manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, dizendo que quando da presença do
53 Deputado HENRIQUE FONTANA, nos manifestamos contra as Emendas Parlamentares. Até porque da
54 forma como elas hoje chegam até aqui. Chegam, por exemplo, direto para determinado Hospital, sem
55 passar pelo Conselho Municipal de Saúde. Até porque temos muitas Unidades de Saúde que necessitam
56 desta verba. Propôs ele então que o próprio Conselho fizesse uma discussão, um debate para indicar
57 onde poderiam ser usadas as Emendas Parlamentares. A pergunta que faço é, por exemplo, a respeito dos
58 Recursos Humanos. O Projeto precisa de Recursos Humanos e se passou pelo Conselho Gestor e se
59 passou pelo Núcleo. Entendo que precisamos fazer um debate, pois temos, com certeza, Unidades de
60 Saúde que precisam verbas das Emendas Parlamentares. Prosseguindo fala a Conselheira HELOISA
61 ALENCAR, para esclarecer algumas coisas, como por exemplo o que o NEI questionou sobre a
62 Resolução. O Projeto que o MARCELO apresentou propôs as fontes dos recursos. Do Ministério da
63 Saúde, do QUALISUS. As próprias Emendas Parlamentares são vinculadas ao Ministério da Saúde pois
64 agora em junho ou julho abre um período para o envio de Pré Projetos do orçamento. Os Programas do
65 Ministério é a Secretaria que tem de mandar. Não é garantido que venha. E os deputados e senadores,
66 podem cadastrar Projetos que se utilizarão das Emendas Parlamentares. O que está acontecendo aqui,
67 hoje, é que nós entendemos que estas propostas são importantes para o Hospital e depois, a fonte de
68 recurso, teremos de ir atrás, para buscá-la. Quando tiver que ir atrás para buscar, terá de voltar para o
69 Conselho. Esta questão de Recursos Humanos, colocamos para o MARCELO, na SETEC. Este plano não
70 tem um cronograma. Está apresentado em bloco. Ele não vai acontecer de uma vez somente. O
71 Cronograma não veio hoje, por exemplo, e vai ter de casar com este Plano. Manifesta-se a Coordenadora
72 MARIA LETICIA, que falando em relação a Resolução, dizendo que quando da apresentação do Hospital
73 Presidente Vargas pelo Dr. CARLOS CASARTELLI, foi explicado que quando da municipalização do
74 Hospital, em 1996, ficou o Ministério da Saúde de repassar um valor mensal em torno de R\$1.800.000,
75 Isto é feito mensalmente, mas cai no total geral do Fundo Municipal de Saúde e o Hospital não tem
76 acesso a estes recursos. Tiramos esta Resolução, onde na mesma diz que deste total geral que vem para
77 o Fundo Municipal de Saúde, pela municipalização do Hospital, R\$ 200.000,00 devem ser
78 disponibilizados ao Hospital Presidente Vargas, mensalmente, para a manutenção do mesmo. E
79 respondendo ao ALBERTO TERRES, esta proposta passou pelo Conselho Gestor do Hospital e pela
80 Secretaria Técnica do Conselho Municipal de Saúde. Portanto, encaminhando para votação o PARECER
81 026/09 – HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS, PROJETO DEZ ANOS.
82 PLANEJANDO O FUTURO - . Feita a votação, o plenário por 27 votos favoráveis, nenhum contrário e 4
83 abstenções aprova o Parecer. Prosseguindo, a coordenadora MARIA LETICIA encaminha os informes.
84 Antes disso registra a presença, entre nós, da Promotora NOARA LISBOA a qual convidamos para
85 participar da Plenária em função da avaliação da Política de Planejamento Familiar e Direitos
86 Reprodutivos. Inicia seu informe o conselheiro JOÃO BATISTA FERREIRA, dizendo pertencer ao
87 Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, onde tem dificuldades de freqüentar e ser aceito por sua
88 Unidade de Saúde. Aproveito a oportunidade e falo sobre a data de 13 de maio. Como descendente de
89 escravos, o que sobrou de nós? As dificuldades do meu PSF, do PAM 3, onde as obras não andam. Na
90 seqüência a Coordenadora MARIA LETICIA registra a presença dos vereadores, RAUL FRAGA,
91 SOFIA CAVEDON, MAURO PINHEIRO e CARLOS TODESCHINI. Manifesta-se, inicialmente com o
92 seu boa noite o Vereador CARLOS TODESCHINI, que em nome da Bancada do Partido dos
93 Trabalhadores e do Partido da Solidariedade vem ao Conselho colocar e informar à este plenário do
94 Requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito que a Bancada do Partido dos Trabalhadores e do
95 Partido da Solidariedade estão providenciando. Já temos 9 assinaturas para solicitarmos investigação a
96 respeito das denúncias de irregularidades, que se confirmadas, são gravíssimas, relacionadas a questão
97 da Gestão de Contratos aqui na Secretaria Municipal de Saúde. Tivemos uma reunião da COSMAM, na
98 terça feira, onde não tivemos quorum. Os vereadores presentes ouviram as denúncias daquele
99 empresário, que diga-se de passagem não é nenhum santo, e que foi a imprensa que levantou uma série de
100 questões. As denúncias, ao menos apresentadas, por esta pessoa, que como empresário tinha um dos

101contratos sobre a questão da segurança nos postos de saúde de Porto Alegre, são gravíssimas, a ponto de
102desde o final do ano passado não ter contrato e em torno de 170 pessoas continuarem trabalhando até o
103mês de maio. E muitas outras situações também não estão explicadas. Manifesta-se também a Vereadora
104SOFIA CAVEDON, que saúda a todos e diz que o nosso documento trata de duas questões
105fundamentalmente. Uma é de que temos testemunhas que é o proprietário da Empresa Reação, que
106durante o ano de 2008 manteve trabalhadores em 55 locais (Postos de Saúde, Hospitais, Pronto
107Atendimentos). Testemunhou de que para receber em dia os pagamentos, inclusive antes de outros
108prestadores, ele fazia pagamento de propina. Há prova testemunhal, da ida do Senhor MARCOS
109BERNARDES, que era o Chefe do Departamento Jurídico da Secretaria da Saúde, de que ele ia
110mensalmente buscar esta propina. Durante a Campanha Eleitoral regularizou pagamento de contrato.
111Havia um jogo aqui dentro, onde havia várias denúncias sobre a empresa e o Senhor MARCOS
112ERNARDES facilitava a vida para o Coordenador da Empresa Reação. O contrato foi encerrado agora
113em março, sem ter sido assinada a sua renovação. Temos em torno de 170 funcionários que não
114receberam por estes quatro meses. Eles têm seus familiares. Temos denuncia de pagamentos de despesas
115de campanha de um vereador. O Senhor MARCOS foi afastado, mas precisamos buscar esclarecimentos.
116Há recurso público desviado. Não houve pagamento de INSS de todos os funcionários. Somente com a
117pressão do Movimento Social vai fazer com que a gente consiga as assinatura e faça de fato uma
118investigação. Muito obrigada. Na seqüência manifesta-se a Senhora BRIZABEL ROCHA, que
119representado o Secretário da Saúde diz que este assunto, infelizmente, está sendo amplamente tratado na
120mídia. O Secretário já esteve na Câmara de Vereadores, prestando esclarecimentos, que é o fato desta
121empresa contratada, a que se referiu o vereador TODESCHINI. Nosso objetivo aqui não é fazer a defesa,
122nem de conteúdo, nem a defesa do fato em si. Reiterar a gravidade dos fatos que ocorreram, envolvendo o
123Diretor Jurídico. Apresento ao Conselho um histórico, muito rápido, dos números de processos e datas,
124que esta empresa passou a prestar serviços à Prefeitura de Porto Alegre. Atuava desde 23 de agosto de
1252000. Apresento ao Conselho cópias dos ofícios enviados ao Superintendente da Polícia Federal ILDO
126GASPARETTO, a Procuradora Geral de Justiça, Dra. SIMONE MARIANO DA ROCHA, à Secretária
127da Administração, SONIA VAZ PINTO. Infelizmente a situação é gravíssima. Sabemos disso e temos
128consciência disso. Estamos repassando formalmente ao Conselho estes documentos para que ele possa
129acompanhar junto com as Comissões de Investigação, que estão ocorrendo. Não é nosso intuito justificar
130ninguém. Não é nosso papel, nem questionar e nem desmerecer os pedidos, que são lícitos e legítimos,
131da Câmara de Vereadores. A nossa função é trazer para o Conselho os documentos, os mecanismos, para
132que possa acompanhar os desdobramentos. Obrigado. Diz a Coordenadora MARIA LETICIA, que o
133Conselho Municipal de Saúde está acompanhando todo o desenrolar junto a Câmara de Vereadores.
134Acompanhamos a fala do Secretário na Câmara. Também a fala do proprietário da Reação, na Câmara.
135Ou seja, estamos atentos a todos os fatos. Continuando nos informes, avisamos que nossa próxima reunião
136para a análise e discussão da Proposta de Programação Anual em Saúde para 2009, será na próxima quarta
137feira, 27 de maio, das 18 horas até as 20 horas. Outro informe é de que havíamos marcado para o
138próximo dia 28 de maio uma reunião extraordinária para a avaliação e apreciação do Relatório de Gestão
139de 2008. Em função de o Gestor ter retirado esta apresentação, remarcamos a apresentação e apreciação
140do Relatório de Gestão de 2008 para 25 de junho de 2009, também uma reunião extraordinária. Então,
141como para o dia 28 estava prevista esta plenária extraordinária e não acontecerá, a nossa idéia é
142aproveitarmos a data e fazermos uma reunião para discutirmos sobre os “Vazios Assistenciais.” Juntar
143esta discussão com a Prestação de Contas da Municipalização Solidária e fazer um Plano de Aplicação dos
144recursos novos, que entraram. A idéia é trazer o responsável pelo Fundo para que se possa fazer esta
145discussão. E também fazer uma preparação para a discussão do Plano Pluri Anual. É uma reunião que
146não é para os Conselheiros, mas é aberta. Estamos convocando principalmente todos os Coordenadores
147de Conselhos Distritais. Faremos a convocação por telefone ou por e-mail. Continuando, informamos que
148em 13 de maio de 2009 foi instituída a Política nacional de Saúde da População Negra. Na próxima
149plenária colocaremos o texto da Portaria no Envelope. Registramos também que solicitamos pauta à
150COSMAM no sentido de discutirmos e encaminharmos uma solução ao problema surgido com a

151adoção do Cartão TRI, que está impossibilitando os usuários a comparecerem a inúmeros Programas
152como Saúde Mental, AIDS, Tuberculose. Não temos data ainda. Continuando a Coordenadora MARIA
153LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, convida para fazer parte da mesa a Dra. NOARA LISBOA, do
154Ministério Público Estadual. Diz a MARIA LETICIA, que exatamente no dia 8 de maio de 2008,
155realizamos neste plenária, onde foi apresentada e discutida a Política de Planejamento Familiar e Direitos
156Sexuais Reprodutivos. Na oportunidade estiveram aqui a LOURDES TURA, da SORAYA SCHMIDT e
157Dra. LUCIANA RAMPANELLI FRANCO. Como encaminhamento, na oportunidade, decidimos que
158avaliaríamos a Política no prazo de uma ano Então, estamos aqui, com esta pauta. Solicitamos que a
159enfermeira LOURDES TURA faça a apresentação. Fala então a Enfermeira LOURDES, registrando que
160a Equipe hoje está com duas pessoas, pois a Dra. SORAYA passou a trabalhar no Hospital Presidente
161Vargas. A pessoa que veio substituí-la, a Dra. MARIA CRISTINA, entrou em licença maternidade.
162(Passa então a Enfermeira LOURDES a apresentar o relatório da Política, que será reproduzido no final
163desta ata, para o arquivo eletrônico). Após esta apresentação, e antes do plenário fazer questionamentos a
164Coordenadora MARIA LETICIA, dentro do tema proposto, convida a Advogada RENATA TEIXEIRA
165JARDIM, para fazer uma apresentação de sua Dissertação de Mestrado com o título. “ O Controle da
166Reprodução: Estudo etnográfico da prática contraceptiva de implantes subcutâneos na cidade de Porto
167Alegre/RS”. Antes de ela expor, resumidamente, o que ela tratou, vou ler o resumo deste seu trabalho.
168“Este trabalho se inscreve no campo dos estudos sobre sexualidade e praticas reprodutivas e
169contraceptivas, no contexto do município de Porto Alegre, onde muito recentemente passou a ser
170disponibilizado, na Rede pública de Saúde, um novo método contraceptivo, o implante subcutâneo
171implanon. Partindo de um caso específico de implementação de uma ação governamental na área de
172saúde reprodutiva, este estudo tem como objetivo compreender, a partir de uma perspectiva
173antropológica, os significados da prática contraceptiva de implantes subcutâneos para jovens residentes
174na região geográfica da cidade, a Restinga e o seu entorno, que foi alvo privilegiado desta intervenção
175pública. Como pano de fundo descreve-se e apresenta-se o processo de idealização, implementação e
176debate em torno desta política de saúde, assim como o conjunto de atores e agencia que participaram
177do mesmo. Com a finalidade de conhecer o universo cultural das mulheres que optaram pela tecnologia
178contraceptiva oferecida pela política municipal, analisam-se as práticas sexuais reprodutivas e
179contraceptivas das mulheres entrevistadas, evidenciando algumas categoriaS e valores imputados a estas
180práticas e experiências. Discutem-se, a partir do contexto específico pesquisado, os significados e o
181universo de relações onde se dá a prática contraceptiva de implantes subcutâneos. Enfatiza-se, nesta
182parte final, como é que tal prática contraceptiva se conecta com as relações efetivo-sexuais,
183contraceptivas e reprodutivas. A partir desta contextualização foi possível perceber que os eventos
184envolvidos no processo de gestar e evitar gravidez pode significar e gerar diferentes conseqüências
185para os sujeitos neles envolvidos. Igualmente a abordagem centrada nas especialidades do grupo social
186“alvo” da ação governamental evidenciou as diferentes perspectivas e apropriações desta política
187municipal. Palavras-chaves: práticas contraceptivas; políticas públicas; saúde reprodutiva; Antropologia
188da saúde.” (Passa a fazer a apresentação a Senhora RENATA TEIXEIRA JARDIM e também
189reproduzimos o texto apresentado ao final desta ata, para o arquivo eletrônico). Explica a Senhora
190RENATA que esta é uma Dissertação de Mestrado onde uso uma metodologia da antropologia, ou seja
191qualitativa e não quantitativa. Após a apresentação a Coordenadora MARIA LETICIA, abre para
192questionamentos do plenário. Registra que a Dra. MARINES ASSMAN foi convidada para se fazer
193presente, mas justificou sua ausência, por já ter assumido compromisso. Solicita, antes de o plenário
194manifestar-se que a Dr. NOARA LISBOA se pronuncie. Esta, dá à todos seu boa noite, dizendo desde já
195que fiz questão de estar presente, apesar de todas as dificuldades, pela importância do tema que está
196aqui sendo tratado, porque uma Política de Planejamento Familiar para o Município de Porto Alegre é
197essencial e este assunto sendo debatido no Conselho Municipal de Saúde é muito importante. Quero dar
198parabéns à todos. Parabéns ao Conselho por ter provocado esta apresentação da Política, deste Trabalho
199com as adolescentes de Porto Alegre. E também a Prefeitura, pelo trabalho que vem realizando. A minha
200preocupação ainda, e nós sabemos que o caminho na verdade é longo, é com o fortalecimento dos

201Serviços, porque para nós implementarmos uma Política mais efetiva precisamos de Agentes
202Comunitários de Saúde, de NASCAS mais fortalecidos, de uma integração maior da Rede, não somente
203da capacitação dos servidores mas também uma contratação maior. Investimentos por parte da
204Secretaria da Saúde nesta área. E acho que isso realmente é urgente. E quanto aos métodos
205contraceptivos, o que eu acho é de que tem de ser avaliado caso a caso. Tem de ser discutido com o
206familiar, com o adolescente. Quanto a família, em relação a faixa dos adolescentes, acho que há uma
207necessidade de se envolver as famílias ou de tentar envolver as famílias. É claro que em alguns casos esta
208família não estará presente. Lembro que como Promotora da Infância e da Juventude, que até os 14 anos
209a violência sexual é ser punida. Então, se uma adolescente de 12 anos se apresenta num serviço, ela tem
210de ser tratada assim. Não se pode jamais perder esta oportunidade, pois é uma excelente oportunidade
211para saber como ela está sendo orientada, quem são os responsáveis. Com 12 anos tem de ter responsável.
212Este assunto tem de ser tratado com toda a responsabilidade e com todas as fraquezas que ele apresenta.
213Nós não podemos deixar de nos preocupar com os direitos desta criança que vai nascer. Precisa ter um
214adulto responsável para protegê-la. Então está é uma tentativa, breve, de colaborar e colocar o Ministério
215Público a disposição pois ele tem o maior interesse na realização deste trabalho. Muito obrigado. Iniciam
216as manifestações e questionamento, com a conselheira MARIA ENCARNACION que cumprimentando a
217RENATA, diz que tu estas provando como tem maus tratos psicológicos nestas adolescentes. Para a
218LOURDES, ontem teve a Pré-Conferência da mulher e o tema era este, e para surpresa nossa, mais uma
219vez, ninguém da Secretaria da Saúde se fez presente. Acho isto muito ruim, pois havia muitas ONGS e
220sentimos muita falta de informação. O que me preocupou bastante foi a presença de uma mãe, ocupante de
221um prédio do centro, que tinha um bebezinho de dois meses e não tinha referência nenhuma de Unidades
222de Saúde. Ela era do Bom Jesus, onde fez o pré-natal e atualmente o bebê está sem referência. A
223informação é de que o PSF Sem Domicilio não faz cadastramento. Fala a seguir a Dra. ADRIANA
224ROJAS, do Sindicato Médico, e quero elogiar a Equipe de Saúde da Mulher porque eu como médica,
225tenho visto que houve mudanças nos últimos anos. Na Lomba do Pinheiro, onde trabalho, os métodos
226oferecidos eram bem menores. As mulheres pobres não querem ter filhos. Mulheres com 5 ou 6 filhos,
227que não queriam. A queixa delas era o não acesso aos métodos como vasectomia, aos companheiros, ou
228ligamentos. Quero destacar eu houve capacitação dos médicos da Equipe de Saúde da Família em
229relação a colocação do DIU. O DIU é um método seguro, que dura dez anos. Temos realmente uma certa
230dificuldade na colocação mas isto é uma questão de trabalhar os colegas. Queria chamar a atenção nos
231dados que em 2007 se colocou mais DIU, do que 2008. De qualquer forma, na nossa região é o método
232que mais tem sido colocado. Também queria falar sobre o Trabalho apresentado pela colega. Acho que a
233gente não pode confundir o impacto da gravidez na adolescência, que parece também trouxe
234questionamentos quanto a fantasias sobre a medicação do implante, porque na verdade ela estudou
235somente este método. Fazendo um parêntese, porque eu atendo os índios guaranis, e comecei a um ano a
236oferecer o DIU e uma das coisas que os antropólogos colocaram é de que nos queríamos esterilizar estes
237índios guaranis. Por isso que não podemos confundir. É o questionamento sobre a gravidez na
238adolescência, sobre o quanto este método é eficaz ou não é eficaz. Assim como tem fantasia em relação
239ao DIU, ao comprimido. E o meu terceiro questionamento é de como este método foi inserido na Rede.
240Este é o questionamento principal. Então são três coisas que temos que colocar bem quando se discute a
241questão dos implantes. Também não posso colocar a questão dos Direitos. Tenho muito medo quando se
242dá direito e não se dá deveres. Perseguido manifesta-se o senhor PEDRO RIBEIRO, dizendo que não
243sei se alguém vai falar que tem relatos de colegas trabalhadores da Restinga que tem adolescente
244tirando o “chip”(como é chamado o implante) com gilete. Isto tudo tem a ver com a construção da
245informação, da maneira como foi feita, que gerou este tipo de reação. Por outro lado acho importante que
246num trabalho científico não se consegue identificar um dos atores senão como Coordenador da Política
247de Implantes, que nunca existiu na Secretaria Municipal da Saúde. Sabíamos que havia alguém que era
248referência. Inclusive no processo interno da Prefeitura havia questionamentos de pessoas que diziam
249não saber que aquilo estava acontecendo. Não é a primeira vez que discutimos as distorções da
250construção administrativa da Secretaria da Saúde. Por outro lado a questão da saúde, do crack, das

251drogas, tem de ser tratado como uma política intersetorial. Manifesta-se a seguir a Dra. LUCIANE
252FRANCO, que inicialmente, como médica, falo em relação aos Implantes, que é um método, aprovado
253pela ANVISA em 2000 e comercializado no Brasil a partir de 2001. No exterior já era usado a muitos
254anos. É um bom método, que foi avaliado por vários trabalhos científicos, sendo um dos métodos que tem
255dos menores índices de falhas. Quanto a profissional capacitado para colocar e retirar métodos, o DIU é
256um método que também tem de ser colocado e retirado por profissional capacitado. Também o
257anticoncepcional tem de ser previsto por profissional capacitado. Quanto ao desconforto, a esta coisa da
258fantasia, no caso do implante ele não se desloca. Sobre os efeitos adversos, a falha é pequena,
259diminuição da libido, aumento de peso, perda da capacidade sexual e reprodutiva. Então o método é um
260bom método e não tem o que discutir. Quanto ao Projeto, nós da Coordenação nos sentimos extremamente
261excluídas. A Coordenação da Saúde da Mulher não participou do Projeto. Perdemos uma grande
262oportunidade de fazer um grande trabalho. Mas, nós nos sentimos um pouco responsáveis por isto e nós
263entregamos ao Conselho Municipal de Saúde, em 2008, um documento oficial, com levantamento
264quantitativo de quantos implantes foram colocados, por Unidade de Saúde, por Gerência, por mês, por
265ano, por faixa etária. Isto foi uma forma de respeito ao Conselho, que acho que merece e de manter
266informada a população. Sobre a capacitação de profissionais, nós não sabemos. Nós não participamos.
267Não sabemos quantos foram capacitados. Quem foi capacitado, para colocar e retirar implante. Portanto,
268para respeitar as nossas mulheres, o Conselho Municipal de Saúde e toda a nossa população, criamos as
269referências para retirar os implantes, quais sejam, ou com o médico que colocou, pelo Hospital de
270Clinicas, através da Central de Marcação de Consultas e também, pelas dificuldades que percebemos
271para a retirada dos implantes, a Emergência do Hospital Fêmeina, 24 horas, onde existem profissionais
272capacitados a executarem a retirada e também para casos de intercorrência que estas meninas possam ter.
273Então a Coordenação de Saúde da Mulher está tentando aparar as arestas de algo que não criou, mas é
274nossa responsabilidade, pois gostamos muito de nossas mulheres, que residem em Porto Alegre. Fala a
275seguir a Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, do Sindicato dos Enfermeiros, dizendo de que esta
276preocupação que a LUCIANE coloca, da ADRIANA, do SIMERS, para quem está na ponta, vocês
277sabem. É um trabalho para poucas pessoas e a SORAYA também saindo da Coordenação da Mulher,
278compartilhamos com esta preocupação. Quando saiu na imprensa, a mais de ano, sobre o |Laboratório de
279Planejamento Familiar da Prefeitura, onde aparecia o Dr. RAUL, com o Prefeito, a gente fez o
280questionamento pelo fato de não ter passado pelo Conselho Municipal de Saúde e a representante do
281Gestor, na época, não sabia o que era aquilo. E agora, sabemos novamente, pela imprensa. E no caso
282quando do relato da Política, aparece o Laboratório do Clinicas e não aparece o do Presidente Vargas. E
283sai no site, para todos os funcionários e sai na imprensa, dizendo que lá vai se tratar amamentação,
284planejamento, com todos os métodos e inclusive o implante, que já foi explicado que estes implantes
285foram uma doação. Então é o meu questionamento. Quem vai fornecer novamente? Também no ano que
286vem termina o período de permanência do implante e já está sendo pensado o fluxo para a retirada, pois
287isto irá ocorrer com um certo volume. São em torno de 2.500 mulheres. Manifesta-se a seguir o
288Conselheiro OLIR CITOLIN. Dizendo que o dia que nós conseguirmos informatizar o sistema, a
289exemplo do que temos no GHC, em relação as vacinas, onde aparece a criança que está faltosa,
290poderemos estar controlando aquelas meninas que não freqüentam o Posto, que não tem conhecimento
291nenhum. Venham conhecer a Vila Maria da Conceição, para ver como vivem as meninas. A desgraça que
292é aquilo. As Vilas são todas iguais. As meninas com 12 ou 13 anos, com filhos. Elas não têm estrutura
293nenhuma para terem filhos. E o trabalho que dão estas crianças, pois estão todo o dia no Posto, na
294Emergência do Conceição. Não sou contra que tenham filhos, mas filhos com condições. Então parabéns
295a Secretaria, esperando que investisse mais e informatizando os Serviços. Manifesta-se o Dr. CARLOS
296CASARTELLI, Diretor do Hospital Presidente Vargas, dizendo que Planejamento Familiar é muito mais
297que contracepção. Pode ser exatamente o oposto, ou seja, um planejamento para ter até mais filhos.
298Temos, por exemplo, o Laboratório de Fertilidade, que está dentro do Planejamento Familiar. Isto é mais
299do que contracepção. E quando se fala em Planejamento Familiar, se insiste em falar apenas em
300contracepção. Penso que os métodos contraceptivos não podem ser baseados em trabalhos qualitativos.

301 Os trabalhos qualitativos têm outra finalidade. São importantes. Um trabalho qualitativo é mais um
302 trabalho opinativo, das pessoas que participam do mesmo, ou testar a qualidade do método contraceptivo.
303 Então, quando se trabalha com Planejamento Familiar, deve estar sendo oferecido, para a Equipe que
304 trabalha com o mesmo, Assistente Social, Psicólogo, Médico, Enfermeira as condições necessárias pela
305 complexidade, pela abrangência do Planejamento Familiar. Manifesta-se a seguir a senhora TANIA
306 FAILLACE, que diz, no seu entender, que há uma frouxidão por parte de pais e familiares, em relação
307 aos jovens, homens e mulheres, ocasionando uma perda de autoridade e deixando aos jovens, por
308 exemplo, envolverem-se em prostituição infantil. Isto é um problema de cunho cultural, onde o papel da
309 mídia tem sido muito importante e negativo, no sentido de incentivar a promiscuidade e sexualidade
310 precoce. Da mesma forma que a escola não está mais ensinando. Estive no Fórum da Liberdade e ali foi
311 defendido pelo Instituto de Estudos Empresariais, que apregoa a liberdade total e absoluta, que é
312 contra a organização social. E pergunto em relação ao Zaffari, que aparece na apresentação, pois eu
313 tenho lutado contra a exploração de mão de obra naquele Supermercado. Queria saber das condições de
314 Saúde das mulheres grávidas, o tempo que ficam de pé, se manipulam produtos insalubres, freqüentam as
315 câmara frias. Manifesta-se a Conselheira DEJANIRA, do Conselho Distrital da Restinga, que sobre os
316 implantes, a Dra. falou, o Dr. falou. Tudo muito bonito, mas a realidade é diferente. Quando foi
317 implantado este Projeto na Restinga, foram escolhidos “ algumas pessoas”, que a gente sabe que foi para
318 estudo dos laboratórios. Não vão dizer que não, pois foi sim. O trabalho da RENATA foi feito com
319 quinze ou vinte meninas, que conheço muitas delas. Conheço a realidade delas e estou falando uma coisa
320 que estou preocupada. Ou sou eu que vivo em um mundo diferente ou são as pessoas daqui. Atualmente
321 moro na Restinga. Anteriormente morava na Otto. A realidade da Restinga para a Otto é bem diferente.
322 As pessoas parecem que não sabem que as crianças de 12 anos ficam em casa sozinhas, enquanto as mães
323 trabalham em casas de famílias. Enquanto as mães somente chegam à noite, não sabem o que seus filhos
324 fazem. O Doutor falou que controla o seu neto. Eu também consegui criar o meu filho, que já é formado
325 e criei ele desde os 9 meses, sozinha. Nunca usou drogas, é chefe no seu trabalho. As mães não têm
326 controle sobre os filhos. Eu vou gravar uma fita do que se passa naquela ponta que eu moro, na
327 Restinga, e vocês vão ficar apavorados. Eu, que moro na Restinga, fico de cabelo em pé ouvindo a
328 conversa das crianças. Os implantes foram feitos politicamente sim. Temos de dar nome aos bois. Isso é
329 um estudo para depois saber o que eu posso oferecer para as madames, pois elas vão ao médico particular
330 e podem escolher. Trabalho como doméstica de uma ginecologista e ela me explica as coisas. As pessoas
331 mais esclarecidas têm direito a escolher. E outra coisa que não foi colocado nos Postos são as
332 explicações para as jovens, pois elas tinham de usar camisinha que era para elas não terem doenças
333 sexualmente transmissíveis. Elas não foram esclarecidas. Para retirar, agora, é uma dificuldade. Eu
334 conheço menina que está tentando tirar com gilete. E a Doutora disse que não se move o implante, mas
335 lá quando foi apresentado o Projeto pelo Doutor, que hoje é vereador, não foi explicado. E a realidade da
336 periferia é bem diferente da qual vocês vivem aqui. Manifesta-se a Enfermeira SONIA CORADINI, que
337 esclarecendo à conselheira MARIA ENCARNACION, pois trabalho na Unidade Básica do Santa Marte,
338 é que estas pessoas não estão desassistidas. O que elas querem é o comprovante, a carteirinha, que lhes
339 dá acesso a outras coisas. Elas tem acesso as consultas principalmente de Pediatria, por exemplo, que
340 sobra muito no Santa Marta. Isso já foi pauta de nosso Conselho questionando a Gerencia Distrital para
341 ver o que está acontecendo com o PSF do 4º andar, que tem de assumir esta área, pois a Unidade de
342 Saúde do Santa Marta não consegue dar conta, principalmente devido a demanda espontânea, Aproveito e
343 lembro o assunto da Saúde Escolar, que apareceu no nosso NASCA, caindo no nosso colo. Não é a
344 questão do conteúdo, mas a forma como as Unidades de Saúde estarão fazendo isso, que não está muito
345 claro. Isto caiu ontem para nós e teremos de trabalhar nesta questão da Saúde Escolar. Somente para
346 lembrar, independente da questão, o assunto é muito importante, mas lembro que as Unidades estão com
347 falta de pessoal, sucateadas, sem condições de dar conta da demanda que já atendemos. A pergunta é de
348 como nós vamos poder estar dando conta disso, no Santa Marta. Manifesta-se a conselheira HELOISA
349 ALENCAR, que parabenizar a Equipe de Saúde da Mulher, pois li o Relatório de Gestão de 2008, e a
350 parte de vocês é a melhor parte do Relatório. Ao menos tem informações. É detalhado. Penso que com

351uma Equipe Mínima, que é menos que mínima, o que vocês conseguiram fazer e apresentar, é bem
352interessante. Infelizmente a Rede é isto que a SONIA disse. Para colocar isto a funcionar vai demandar
353recursos. O que chama a atenção em relação a Política, e resgato o que o CASARTELLI colocou,
354discordando um pouco, não do que ele disse, pois na verdade o Conselho nunca foi contra o método.
355Nunca questionou o método. Foi a questão do Programa, que nunca fez parte da Política de Planejamento
356Familiar Municipal e Direitos Sexuais Reprodutivos. Da mesma forma que há uma contradição em
357relação ao Laboratório do Hospital Presidente Vargas, pois vimos os Projetos que o MARCELO BOSIO
358apresentou, onde não aparece a Política do Município. Então, são coisas descoladas. Acho que a iniciativa
359do vereador é do vereador. O vereador é do Poder Legislativo. Se ele está adequado a Política Municipal,
360ou não, se conhece ou não, qual é o problema? Agora, a Secretaria assumir uma questão porque é uma
361Lei. Tem tanta Lei aprovada, como por exemplo, a de entrega de medicamentos em casa da ex vereadora
362NEUSA CANABARRO e até agora não tem medicamentos nem nas Farmácias Distritais, muito menos
363para entregar em casa. Então, o que eu estou questionando não é em relação ao Projeto, mas o quanto foi
364adequado, o quanto ele foi incorporado na Política Municipal de Saúde da Mulher, que é um grupo que
365há muito tempo trabalha muito bem e eu apesar das dificuldades tem conseguido avançar muito nesta
366Política. O Projeto ou Programa dos Implantes foi lesivo a saúde da população e individualmente, para
367cada uma destas criaturas que participaram disto, como a DEJANIRA relatou aqui, e isto merece não
368ficar assim. Penso que o trabalho que a RENATA apresentou, independente da metodologia, que diga-se,
369foi aprovada pela Universidade Federal, e portanto ela é legítima, mostra a ponta do iceberg. Tem um
370monstro, embaixo disto, que o Conselho Municipal de Saúde não vai se omitir de investigar. Na época
371não era uma Pesquisa. Não era um Projeto Eleitoreiro. Está aí, o vereador foi eleito, e continua, pelo que
372sabemos, fazendo exames de sangue a cada 2 ou 3 meses, em algumas das pacientes. Num grupo, que
373provavelmente seja um grupo-controle, que o Laboratório provavelmente pode estar usando para fazer
374uma provável pesquisa clandestina, que não passou pelo Comitê de Ética do Município. Manifesta-se a
375seguir o conselheiro OSCAR PANIZ, que inicialmente lamenta, a quem restou da Equipe de Política de
376Saúde da Mulher, a LOURDES e a Dra. LUCIANE. A terceira pessoa, a Dra. MARIA CRISTINA, eu
377não considero, pois assumiu e licenciou-se, e nada contra, mas quando voltar, daqui a seis meses, poderá
378não querer ficar. Então, são duas pessoas e à estas, como a HELOISA falou, meus parabéns, Com relação
379aos implantes, Dr. CASARTELLI, que nós nunca discutimos ou levantamos qualquer dúvida em relação
380ao medicamento, ao implante em si. O nosso questionamento deu-se em relação ao método aplicado.
381Temos relatos e queremos saber como estas adolescentes estão sendo acompanhadas. No Projeto dizia que
382elas iriam ter acompanhamento individual, orientação. Mas o que tem chegado a nós, por exemplo, em
383relação ao acompanhamento, que são colocadas em grupos de dez ou quinze pessoas, onde passam a ser
384questionadas coletivamente, por exemplo, em relação a sua intimidade. Ora, onde está a relação ética
385mínima. Quer dizer que para uma certa categoria de cidadãs estes métodos de questionamentos coletivos
386pode. Eu quero saber se, por exemplo, adolescentes ou mesmo mulheres de classes econômicas e sociais
387mais privilegiadas isto aconteceria? Para as adolescentes e mulheres da Restinga pode. Tivemos esta
388moça, que esteve aqui no Conselho, fazendo seu relato, confirmando e descrevendo várias situações.
389Criou-se um estigma em relação a gravidez na adolescência na Restinga e surgem os aproveitadores. É
390isto que precisamos que seja esclarecido. Provavelmente tenha sim uma pesquisa subliminar. Porque de
391tempos em tempos é feito exame de sangue, de algumas delas, não se dando o direito do acesso ao
392resultado. Ora, sempre que fiz exames, pelo SUS, após o profissional verificá-los, eu levava para casa.
393Então Senhora BRIZABEL, nós queremos saber sim como estas mulheres estão sendo acompanhadas. São
394pessoas, são gente, mulheres. Este é um desafio deste Conselho. Fala a seguir o Vereador RAUL FRAGA,
395que inicialmente diz fazer uma menção honrosa ao Conselho Municipal de Saúde que se preocupou com
396um assunto tão importante, como os implantes. Mas para mim o Planejamento Familiar é muito mais. Eu
397fui uma pessoa que estive muito anos neste Conselho. Os mais antigos devem lembrar-se de mim. Então,
398como médico, que trabalha a mais de 30 anos com as populações mais pobres Este meu projeto do Centro
399de Planejamento Familiar demorou 4 anos para se transformar em Lei, com um único objetivo, que é o
400objetivo de todos nós. Também uma menção honrosa para as pessoas que estão aqui trabalhando na

401Equipe de Planejamento Familiar da Secretaria da Saúde, a RENATA, que apresentou o Trabalho. Se
402todos estão aqui até esta hora é porque se preocupam com o tema e não podia ser diferente. Qual o
403objetivo real deste Projeto? É somar-se as outras iniciativas que já existem. O Estado tem de proporcionar
404as condições. Tudo o que está se falando aqui, se soma. A questão do Centro basicamente é para
405mantermos uma referência na cidade de Porto Alegre, para que isto seja uma Política realmente
406implantada. Para que a gente possa trabalhar o Planejamento Familiar desde a escola até a concepção dos
407métodos, para que as pessoas possam ter filhos ou não possam ter filhos. Então este é o objetivo, que a
408cidade tenha um foco importante e resolutivo na questão do Planejamento Familiar. Estou
409permanentemente e agradeço o convite para vir aqui hoje. A Coordenadora MARIA LETICIA
410encaminha então a palavra para as manifestações finais, primeiramente com a Enfermeira LOURDES
411TOAZA TURA, que respondendo à ADRIANA, sobre o DIU em relação a diferença de colocação entre
4122007 e 2008. Existem oscilações de ano para ano. Tivemos anos que foram colocados até 1.400 DIUs. O
413que pode ter acontecido é que houve um período em que as Equipes de Saúde da Família ficaram
414fechadas, na troca para a Sollus. Sobre falta de medicamentos e insumos, solicito que entrem em
415contacto direto com a Saúde da Mulher, pois o que tecnicamente pudermos resolver, será feito. Sobre a
416questão do anticoncepcional injetável, tem de ter muito cuidado. É um método indicado. É o segundo
417método, depois do anticoncepcional oral, que é de baixa dosagem para adolescentes. Temos depois o
418injetável mensal, composto por dois hormônios. Não tem tanta contra-indicação para adolescentes.
419Temos o injetável trimestral, indicado para a partir dos 18 anos de idade, pois ele causa desgaste da
420massa óssea e depois não temos condições de encaminhar estes adolescentes para traumatologistas. E
421então, tem contra-indicações efetivas, mas tem de se trabalhar o risco-benefício. Cada caso é um caso.
422Cada individuo é um individuo. Sobre a questão do Laboratório Schering, eles vieram conversar com a
423gente. Não é uma coisa amadora. Iremos elaborar um Termo Jurídico para que eles sejam nossos
424parceiros. Eles têm uma Equipe Multidisciplinar e quando da elaboração deste Termo nós é que
425colocamos o que deve ser feito. É uma idéia errônea pensar que a Saúde tem pernas para fazer tudo. Não
426temos. A questão da sexualidade em relação aos adolescentes, enquanto não mudarmos nós mesmos,
427internamente, não conseguiremos trabalhar com todos os adolescentes. Têm adolescentes que tem
428dificuldades em casa, para falar com os pais. E os Serviços de Saúde também têm. Participamos de
429capacitações com professores que confessaram que não conseguem falar com os alunos. Se isto fosse tão
430fácil de trabalhar, já teríamos reduzido os índices de HIV. Incidir na vida das pessoas todos sabem como
431é difícil. A questão dos implantes não apareceu no Planejamento Familiar porque não era uma ação que
432estava na Política de Planejamento Familiar. A BRIZABEL lembrou-me de quando a gente discutiu a
433Política junto com o Prefeito, nós sinalizamos que o Centro Municipal de Planejamento Familiar não se
434adequava a Política por nós proposta. Fala a seguir a Senhora RENATA JARDIM, que inicia
435agradecendo o Conselho Municipal de Saúde por estar apresentando aqui minha pesquisa e poder estar
436debatendo sobre a mesma. Quero agradecer também às referências e questionamentos e fazer alguns
437esclarecimentos. Primeiro, que minha pesquisa é Antropológica, ou seja, de característica qualitativa e
438em nenhum momento eu estou querendo avaliar o implante contraceptivo. Não é isso. O convite do
439Conselho Municipal de Saúde também não foi neste sentido. Era um pouco para trazer a realidade cultural
440destes jovens e poder contextualizar esta escolha contraceptiva dentro deste contexto cultural. Não pude
441trazer aqui todo o trabalho que eu fiz em relação as relações afetivo-sexuais, sua experiências. Acho que
442o mais importante aqui o que eu procurei buscar é entender o significado que é atribuído à esta pratica
443contraceptiva de implantes. Quando eu falo que elas relatam que tem deslocamentos do implante, não
444interessa saber aqui se é causa ou efeito. Não é isso. É a maneira que elas estão compreendendo. Com
445relação ao que eu quis trazer em relação às mães das jovens, que todo mundo comentou, em toda a
446sociedade há constrangimento social Então o que eu trouxe foram alguns constrangimentos em relação a
447liberdade reprodutiva ou de suspensão contraceptiva. Não estou dizendo aqui que as mães tenham direito
448de ir lá impor esta decisão contraceptiva. Na minha opinião as mães não tem o direito de ir lá impor esta
449decisão contraceptiva para estas jovens. Elas tem sim a obrigação de orientar e educar neste sentido. Fico
450a disposição para quem quiser fazer uma discussão mais ampla e fiquei muito feliz de estar discutindo

451 aqui com vocês. Retoma a palavra a coordenadora MARIA LETICIA passando a palavra à Coordenadora
452 da ASSEPLA, ANA LOVATO, que inicialmente agradece ao Conselho pois é muito bom ouvir elogios,
453 como ouvimos aqui, hoje. Como coordenadora desta Equipe de Saúde da Mulher, agradeço também em
454 nome delas, pois imagino que estejam tão felizes quanto nós. Em relação ao Centro Municipal de
455 Planejamento Familiar, gostaria de esclarecer também que não passou por nossa aprovação, enquanto
456 política de saúde, mas que aí está o Centro e que ele vai estar sim se casando com a Política de Saúde da
457 Mulher, assim como é nossa proposição em relação a violência e a todos os projetos que foram
458 apresentados aqui, em relação ao Hospital Presidente Vargas, que têm de estarem conjugados sim. Fala o
459 Dr. CARLOS CASARTELLI, entendendo que o Centro Municipal de Planejamento Familiar não pretende
460 ser algo independente da Política de Planejamento, até porque tudo o que está se propondo a fazer é o
461 que o Presidente Vargas já faz. A idéia não é ter algo isolado, mas sim algo ligado a Política de
462 Planejamento Familiar da Secretaria Municipal da Saúde. Manifesta-se a Coordenadora MARIA
463 LETICIA, agradecendo a LOURDES e a LUCIANE, pelo fato de terem trazido uma avaliação da Política
464 de Planejamento Familiar, como era a proposta. Ficaram alguns indicativos, como o fortalecimento dos
465 Serviços, para que a Política possa funcionar melhor. A MARIA REJANE trouxe a questão dos fluxos
466 e dos prazos com relação aos implantes contraceptivos e algo que a HELOISA colocou, que foi muito
467 em função da apresentação do Trabalho da RENATA, que chega no momento no Conselho Municipal de
468 Saúde em que a gente tinha agendado a avaliação da Política e que algumas meninas, que realizaram o
469 implante, nos procuraram para fazer depoimentos e alguns de denúncias. Nós do Conselho Municipal
470 de Saúde vamos sim fazer esta investigação. Vamos colher os depoimentos das adolescentes e das
471 mulheres que assim entenderem de fazê-lo. Vamos solicitar ajuda de profissionais da área para colher
472 estes depoimentos. Estivemos na semana passada em Brasília e fizemos um contato com a Dra.
473 RAQUEL DOITRICH, Procuradora da Procuradoria Geral da União e conversando com ela sobre
474 diversas situações do Conselho Municipal da Saúde em relação ao Ministério da Saúde, falamos desta
475 questão dos implantes e ela se interessou pelo assunto e pediu que enviássemos à ela este teu Trabalho,
476 RENATA, e depois te repasso o endereço eletrônico dela. Por fim manifesta-se a Dra. LUCIANE
477 FRANCO, que sobre a proposta da MARIA REJANE em relação ao fluxo que se estabelecerá para a
478 retirada dos implantes a partir do ano que vem. Primeiramente as Unidades já foram alertadas para que
479 quem deseja tirá-los. Muitas delas têm profissional capacitados e podem fazê-lo, caso contrário já tem os
480 locais que citei antes. Vamos reforçar com o Dr. CARLOS CASARTELLI para que o Presidente Vargas
481 possa tratar dos casos com intercorrência e retirar os implantes. Isso tem obrigação de fazer. No
482 encaminhamento final são repassados mais informes onde o conselheiro ALBERTO TERRES, diz ter
483 enviado a COSMAM uma solicitação para discutir-se a guarda armada nas Unidades de Saúde, que é um
484 problema seriíssimo e estamos preocupados. Ontem, na Unidade Rubem Berta, uma Guarda Municipal,
485 quase lhe foi tirada a arma, por uns safados da região, mas acabou sendo acudida por outras pessoas.
486 Isso vai dar problema. O Vereador RAUL faz parte da COSMAM, estamos solicitando ajuda. Em uma
487 Unidade de Saúde, onde devemos trabalhar com acolhimento, humanização estamos levando guardas
488 armados. Também Dr. RAUL, o Senhor está acompanhando está série de denúncias e problemas na
489 Secretaria da Saúde. São muitas coisas. Seria bom que o senhor assinasse o Pedido de CPI que tramita na
490 Câmara de Vereadores. Em nome do Sindicato dos Municipários, solicitamos que todos os vereadores se
491 envolvam nisso. Obrigado. Por fim a Senhora TANIA traz o retorno de diversos questionamentos. Da
492 Plenária de 2 de abril, sobre o retorno em relação aos Vazios de Atendimento, que a ANA LOVATTO
493 deverá trazer o retorno, o documento, amanhã. A falta de ginecologista no Vila Jardim, já foi resolvido.
494 A prestação de contas da obra da UBS Panorama foi solicitada pela CATA à SMOV, que é quem se
495 responsabilizou e teria pago diversas obras. Aguardamos retorno. A porta do banheiro do PA da Lomba,
496 já foi consertada. A renovação do convênio com a PUC no PA da Lomba, está no Jurídico para a
497 repactuação. Sobre a Portaria que criou a Comissão para Avaliar o Plano de Carreira, Cargos e Salários
498 dos Médicos. Esta Portaria foi produzida entre o Gabinete do Prefeito e a Secretaria da Administração.
499 Como envolve outra Secretaria é solicitado que o Conselho envie correspondência ao Secretário da
500 Saúde solicitando a informação e o mesmo encaminhará ao Gabinete do Prefeito. Manifesta-se a Senhora

501BRIZABEL ROCHA, dizendo já ter conversado com a Secretária substituta da Administração, a
502senhora RITA, mas este é um assunto que deve ser tratado a nível de Secretários e Prefeito e solicitamos
503então que seja feita esta correspondência. Sobre os retornos da plenária de 23 de Abril, diz a Senhora
504TANIA, que sobre a situação da Enfermeira GIOVANA MONTEIRO, da UBS Santa Rosa. A Assessora
505Jurídica que estaria envolvida se colocou a disposição para esclarecimentos, pois no seu entender houve
506um mal entendido. Sobre a estufa do PSF Chácara do Banco, foi providenciada uma compra de
507equipamento novo que deverá ser entregue proximamente. Sobre a Operação Inverno, o Dr. CARLOS
508CASARTELLI, presente, diz que não é o responsável pela mesma, mas foi criado um grupo onde
509participo junto com várias coordenações. Fizemos um levantamento de necessidades e realmente é
510assustador os recursos solicitados e o valor que isto acabou gerando. Foi-nos solicitado que fizéssemos
511alguns cortes e por critérios técnicos assim foi procedido. A Rede solicitou muitos recursos humanos,
512principalmente para a carência permanente que tem, mas isto não pode ser repostado pela Operação Inverno.
513Isto já foi entregue e estamos aguardando resposta do GPO(Gabinete de Planejamento e Orçamento). Não
514sei do resultado ainda. A idéia é de que o Hospital Presidente Vargas passe a ter o numero máximo de
515leitos, na internação pediátrica, que na verdade nunca funcionou com sua capacidade máxima. A idéia é
516de que ele passe a ter a internação pediátrica com 38 leitos. A emergência pediátrica passa a funcionar
517com 20 leitos. E a UTI pediátrica passaria a funcionar com 12 leitos, quando hoje tem 6 leitos. Temos
518também uma ampliação dos recursos humanos para os Pronto Atendimentos e uma ampliação de
519recursos humanos para alguns postos, que deverão abrir um terceiro turno. Isto é o que esta sendo
520proposto e não sei se será aprovado. Assim que tivermos o OK, enviaremos ao Conselho Municipal. Para
521finalizar a conselheira VERA LEONARDI encaminha ao Conselho Municipal de Saúde documento
522elaborado pela Equipe da Pensão Protegida Nova Vida com a proposta de abertura de um novo Serviço de
523Residencial Terapêutico para Porto Alegre. A idéia proposta é de se construir um Residencial em terreno
524próprio da Prefeitura, existente no Bairro Petrópolis bem como a utilização de verba advinda da Consulta
525Popular, para a Saúde Mental. Diz a VERA que estão sendo entregues cópias desta proposta ao
526Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde de Porto Alegre, Câmara de Vereadores, Gerencia
527Distrital Centro. A coordenadora MARIA LETICIA, retoma a palavra, e nada mais havendo a tratar, as
52822:36 horas, é encerrada a Plenária, sendo lavrada a presente ata.

529

530

531

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
Coordenadora da Plenária

532

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário

533